

Crise de confiança

NOVO ADIAMENTO DO AJUSTE FISCAL PROMETIDO FAZ DÓLAR CHEGAR A R\$ 2,00

CARLOS A. SARDENBERG

A primeira pergunta é a seguinte: como uma crise de confiança política ou, dito de modo mais direto, como os equívocos produzidos em Brasília podem levar o dólar a R\$ 2,00?

Por equívocos brasileiros, deve-se entender tudo aquilo que desvia o governo Fernando Henrique, sua base de apoio e o Congresso do programa de ajuste das contas públicas, o ajuste fiscal.

Ninguém gosta de ajuste, que é sempre uma combinação de aumento de impostos e corte de gastos. Mas fazer o quê? Há um amplo consenso nacional e internacional em torno desta sentença: o Brasil tem um problema fiscal, um desequilíbrio estrutural em suas contas públicas que, deixado como está, leva a um déficit impagável no futuro.

Isso expõe todos os credores do governo a um risco de calote. Sim, entre os credores há especuladores nacionais e internacionais. Mas também há brasileiros comuns que têm sua poupança em fundos de aplicação financeira. Esses fundos também compram papéis emitidos pelo governo.

Vem daí o acordo com o Fundo Monetário Internacional, que garante ao Brasil um financiamento externo de quase US\$ 42 bilhões e avalia o País no mercado internacional. O acordo, como se vê, financia as contas externas brasileiras, mas o critério básico exige que o governo produza um superávit primário em suas contas internas (receitas menos despesas não financeiras) em torno de uns R\$ 30 bilhões neste ano e um pouco mais em 2000 e 2001.

A lógica é simples: fazendo

um saldo nas suas contas básicas, o governo fica com algum para amortizar os juros e começa assim a equilibrar o endividamento. O problema, em qualquer país, não é tanto o tamanho da dívida, mas o fato de estar ou não crescendo. Se a dívida é estável e pode ser financiada no mercado, tudo bem. Em resumo, o programa fiscal brasileiro, inscrito no acordo com o FMI, tem o objetivo de estabilizar a dívida pública, interna e externa, em três anos. Trata-se de chegar a uma situação em que os credores se sintam seguros com seus papéis brasileiros – o que, aliás, permitiria uma redução acentuada dos juros internos, pela eliminação do risco. E, quanto menor o juro, maior o crescimento.

O ajuste fiscal depende de ações dos governos federal, estaduais e municipais, que precisam equilibrar suas contas no dia-a-dia, mas também do Congresso Nacional. Este precisa votar as leis que darão aos governos os instrumentos para organizar suas finanças.

Governos estaduais e prefeituras têm excesso de pessoal, muitos gastam mais de 80% de suas receitas com o pagamento do funcionalismo, alguns passam de 100%, uma situação absolutamente inviável. Ou seja, precisam reduzir pessoal e cortar a folha de pagamento. Mas não podem fazer isso enquanto o Congresso não concluir a votação de leis que regulamentam a reforma administrativa.

Outro caso é o da Previdência. Na União, nos Estados, nos municípios, no INSS, a situação é a mesma: a diferença entre a contribuição dos ativos e o pagamento aos inativos, o déficit previdenciário,

cresce explosivamente. Assim, é preciso que o Congresso e, no caso, as Assembléias Legislativas votem as leis da reforma da Previdência.

Aí vem o senador ACM e inventa uma CPI do Judiciário e um inviável fundo de impostos antipobreza, declarando que o Congresso pode-se ocupar disso, pois, acha ele, o ajuste fiscal está praticamente feito. O presidente do PMDB, Jader Barbalho, também criticando o ajuste, inventa a CPI dos bancos para mostrar ao povo que seu partido é de oposição, enquanto aproveita para reclamar mais cargos no governo FHC. Tucanos variados afirmam que o País já está cansado dessa história de estabilidade fiscal e chegou a hora de voltar a crescer. Deputados e juizes reclamam aumentos salariais.

Ora, nos meios econômicos, nacionais e externos, o pessoal acha que o País precisa de mais e não de menos ajuste fiscal. Aí, vê o Congresso e os partidos da base dita aliada brigando por tudo, menos por ajuste de contas públicas, e chega à conclusão: o programa fiscal já era.

Sem programa fiscal, não tem acordo com o FMI, a dívida volta a crescer, a política econômica desanda, o que significa juros altos, inflação, etc. O negócio, portanto, é comprar dólares – porque você pode até ganhar menos juros ou não ganhar nada, mas ninguém fica pobre com um punhado de dólares no bolso.

O presidente Fernando Henrique e seus principais colaboradores reclamam que a reação do mercado financeiro é exagerada. Em parte, têm razão. Afinal, há 11 meses o governo cumpre direitinho as metas do acordo com o FMI. O superávit deste ano está garantido. A situação geral da economia obviamente melhorou do início do ano para cá. A Câmara dos Deputados até votou dois projetos de

lei da reforma administrativa na última semana. O que mais querem?

Acontece que o governo FHC também dá suas mancas fiscais – como o fato de ter assumido a dívida previdenciária do governo de Santa Catarina, um trocado de R\$ 500 milhões, que leva outros governadores e senadores, da situação, a pedir o mesmo para seu Estado. E aí a continha pode ir a R\$ 20 bilhões. Tudo bem, é muito improvável que saia isso, mas não passa dia sem aparecer um governador no jornal pedindo isso.

Além disso, o governo demorou uma infinidade para apresentar a segunda rodada da reforma da Previdência. E, dentro do governo, há pessoas falando mal da equipe econômica e sua mania por ajuste fiscal.

Finalmente, há precedentes. Tem sido assim desde 1995: vem crise, o governo promete ajuste, o Congresso vota alguma coisa, a situação se acalma – e logo se deixa tudo de lado. Estava acontecendo de novo. Nos meios econômicos, o pessoal percebeu – e comprou dólares, a cotação foi a R\$ 2,00.

Susto em Brasília. ACM já está falando bem do presidente Fernando Henrique, líderes prometem votações, o Banco Central agiu, talvez funcione. Mas esse pessoal que participa do poder e da responsabilidade de governo está desperdiçando seguidas oportunidades e abusando da sorte que o Brasil tem obtido, apesar de tudo. Deveriam aprender com Guimarães Rosa: “Confiança, o senhor sabe, não se tira das coisas feitas ou perfeitas: ela rodeia, é o quente da pessoa.”

Ou, do governo, das lideranças, dos partidos. Do País?